



SOCIEDADES

Insolvências e reestruturações pautam apoio jurídico a Norte

Áreas de contencioso laboral e fiscal também fazem aumentar pedidos de assessoria às sociedades de advogados

JOÃO MALTEZ jmaltez@negocios.pt

Contencioso laboral, insolvências e reestruturações marcam a actividade jurídica no mercado português da advocacia mais vocacionada para o apoio às empresas. É pelo menos esta a realidade avançada ao **Negócios** por um conjunto de juristas ligados a sociedades de advogados nacionais e que exercem na cidade Invicta. O que se passa a Norte é espelhado por um estudo recente da COSEC, que coloca o Porto na liderança das insolvências no primeiro trimestre do ano, com 23% do total nacional.

Isabel Gião Andrade, sócia da VdA faz notar que a conjuntura que hoje se vive, "pautada pelas sucessivas crises financeira, económica e da dívida pública, não favorece os negócios e põe à prova as empresas". No caso da região Norte do País, em especial as de pequena e média dimensão e na sua maioria empresas familiares. "Quase todas elas enfrentam, hoje em dia, um maior risco de insolvência, maiores dificuldades na cobrança dos seus créditos e tentam racionalizar as suas estruturas, através de processos de reestruturação", evidencia a advogada.

Tomás Pessanha, sócio da PLMJ do escritório do Porto, admite que os indicadores disponíveis, nomeadamente os do Instituto Nacional de Estatística (INE), revelam que a região Norte é, de facto, uma das mais afectadas pela presente crise. Basta dizer que a taxa de desemprego do primeiro trimestre de 2011 é de 12,4% no País, mas sobe para os 12,8% na região Norte.

Contudo, o mesmo advogado lembra que os problemas da economia a Norte já não de hoje, "razão pela qual considera que "não poderá di-

zer-se que a 'tipologia' dos serviços jurídicos solicitados tenha sofrido alterações sensíveis ou, pelo menos, que tais alterações constituam um fenómeno recente".

Contencioso aumenta

O contencioso é uma das áreas onde se registou aumento de trabalho jurídico, "principalmente face a um maior incumprimento nos pagamentos e um crescimento do número de insolvências", evidencia Miguel C. Reis, sócio da Garrigues. Este advogado dá ainda nota de que também o contencioso tributário tem vindo a crescer, o que explica com uma maior actividade da administração tributária ao nível das inspecções e de liquidações adicionais para aumentar a receita fiscal".

Recente ou não, tal como evidencia o sócio da Garrigues e responsável pelo escritório do Porto, a principal alteração ao nível do tipo de serviços jurídicos solicitados traduziu-se "no aumento significativo na solicitação de serviços na área do direito do trabalho pelas empresas que se viram obrigadas a reorganizar os seus recursos humanos".

Essa é, de resto, uma ideia partilhada por José de Freiras, sócio da Cuatrecasas, Gonçalves Pereira, lembrando que as reestruturações empresariais quase sempre ocorreram com redução de trabalhadores. Isto, embora surjam pedidos também ao nível da reestruturação de dívida e de patrimónios e a procura de formas alternativas de financiamento.

Afinal, "necessidade que tende a acentuar-se em ambiente de escassez de recursos, com destaque particular para o cada vez mais difícil acesso ao crédito por parte das empresas", conclui Miguel C. Reis.



Porto | As empresas da região Norte estão a apostar em sair da conjuntura adversa, com a procura de novos mercados.



QUEM DIZ O QUÊ

ADVOGADOS AJUDAM A RETRAR MERCADO JURÍDICO A NORTE



Isabel Gião Andrade diz que a conjuntura forçou as empresas a repensarem modelos de negócio.



Tomás Pessanha admite que há uma preocupação crescente na contenção de custos com os advogados.



Miguel C. Reis sublinha as dificuldades de acesso ao crédito por parte das empresas.



José de Freitas evidencia que houve um aumento de trabalho na área de direito laboral.



Rui Peixoto Duarte realça a aposta que as empresas estão a fazer em novos mercados.

Sobem pedidos para orçamentação prévia de honorários dos advogados

Contenção de custos por parte das empresas está também a reflectir-se ao nível do trabalho que é solicitado às sociedades

O corte nas despesas por parte das empresas da região Norte também está a reflectir-se no trabalho solicitado aos advogados. A contenção de custos, através da orçamentação prévia de honorários, está a tornar-se comum quando são pedidos serviços jurídicos.

Há uma evidente "maior atenção ao valor dos honorários a cobrar, com grande ênfase no pedido de propostas de 'preço fixo'", admite Miguel C. Reis, sócio da Garrigues. Segundo o mesmo advogado, "em regra, os clientes continuam a respeitar o prazo de vencimento das respectivas facturas, existindo, pontualmente, situações em que foi necessária uma maior flexibilidade na nossa parte que se reflectiu no alargamento desse prazo".

Segundo Tomás Pessanha, no escritório do Porto da PLMJ sente-se, tendo em conta o comporta-

mento das empresas, "uma preocupação crescente na contenção de custos com advogados". Tal nota-se, desde logo, nos clientes a quem é prestada assistência numa base corrente.

"Verificamos uma maior selectividade nas solicitações que nos são dirigidas, reacção em parte justificada pela internalização de algumas tarefas mais elementares. Por outro lado, sentimos uma crescente necessidade de adoptar modelos de honorários alternativos à tradicional facturação/hora, não sendo inusitado partilharmos algum risco com o cliente através de sistemas de remuneração dependente de resultados", sublinha Tomás Pessanha.

José de Freitas, sócio da Cuatrecasas, Gonçalves Pereira refere, a este propósito, que mais do que uma alteração dos prazos de pagamento, que até agora não sofreram alterações significativas, "generalizou-se

a orçamentação prévia dos honorários e a pressão sobre a redução das taxas horárias".

Isabel Gião Andrade, sócia da VdA, lembra que, tendencialmente, em épocas de crise, as empresas procuram cortar nos custos, eliminando fornecedores que consideram menos indispensáveis ou solicitando reduções nos preços dos serviços. Segundo adianta, "esta é uma realidade a que os escritórios de advogados não estão imunes e à qual terão que se adaptar".

Já Rui Peixoto Duarte, sócio da Abreu Advogados, sustenta que o escritório ao qual está ligado não tem experimentado quebras no volume de facturação. Contudo, deixa um sublinhado: "Temos conseguido, apesar do alargamento dos prazos médios de recebimentos, ajustar as dificuldades de alguns clientes". **JM**

Generalizou-se a orçamentação prévia e a pressão sobre a redução das taxas horárias.

JOSÉ DE FREITAS
Sócio da Cuatrecasas, Gonçalves Pereira

Saída está nos mercados externos e em novos investimentos

Aumenta procura de aconselhamento jurídico para entradas nos mercados dos países africanos de expressão portuguesa e no Brasil

A crise marca presença a Norte, mas nem tudo são más notícias. Há também novos projectos empresariais que podem arranjar na região. Quem o diz é Tomás Pessanha, sócio da PLMJ que trabalha no escritório do Porto, que fala de um apreciável volume de solicitações para apoio jurídico por parte de investidores nacionais e estrangeiros.

"A crise, que não é apenas nacional, também tem sido sinónimo de novas oportunidades para empresários mais capitalizados", afiança Tomás Pessanha. Segundo adianta, ao escritório de que é sócio tem chegado, em 2011, "um apreciável volume de solicitações, de investidores nacionais e estrangeiros, interessados em projectos ou negócios no Norte do País, associados ou não à aquisição de empresas".

Por esta razão, o sócio da PLMJ sustenta que os clientes estrangeiros são, "cada vez mais, um factor

de crescimento" para a economia da região, mas também para a sociedade.

Além do mais, na mesma linha, também as firmas nacionais se estão a virar para outros mercados, razão que leva o mesmo advogado a destacar o apoio que tem continuado a ser dado às empresas sediadas na região Norte. Até porque, afiança, muitas estão apostadas em internacionalizar as suas operações, em especial para países de língua oficial portuguesa, como forma de ultrapassar a retracção da actividade económica no mercado local.

A advogada sócia da VdA Isabel Gião Andrade sublinha, aliás, que esta conjuntura "forçou as empresas a repensarem os seus modelos de negócio e a procurarem novas oportunidades de mercado". Por isso, adianta, nota-se um movimento crescente das empresas do Nor-

te, nomeadamente para Angola, Moçambique ou Brasil.

"Existem empresas nesta região que, apesar das dificuldades, têm resistido e encontram-se no bom caminho para superar as dificuldades. As empresas que produzem bens transaccionáveis e que exportam, têm vindo a diversificar os seus mercados de actuação, considerando a expansão económica global, alargando a sua actuação na Ásia, na América Latina e em África", evidencia Rui Peixoto Duarte, sócio português da Abreu Advogados.

O mesmo tipo de "feed-back" é sentido por José de Freitas, sócio da Cuatrecasas, Gonçalves Pereira. Houve "uma diminuição considerável dos serviços jurídicos ligados ao investimento em território nacional, mas por outro lado surgiram solicitações para o acompanhamento de investimentos no Brasil e em Angola", afiança. **JM**

Conjuntura forçou empresas a repensarem os seus modelos de negócio e a procurarem novas oportunidades de mercado.

ISABEL GIÃO ANDRADE
Sócia da VdA